

**I ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
RELIGIÃO (ENAPRIR)**

21 a 22 de fevereiro de 2019, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB

**O PAPEL DE ATORES RELIGIOSOS NA RECONCILIAÇÃO NACIONAL DO
IRAQUE PÓS-ESTADO ISLÂMICO**

LUCAS BARBOSA DA SILVA (UFPB)

Áreas Temáticas:

Religião e Violência; Religião e Construção da Paz; Ética e Religião nas RI

O papel de atores religiosos na reconciliação nacional do Iraque pós-Estado ISIS

Lucas Barbosa da Silva

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Resumo: O ISIS começou a perder a maioria de suas áreas conquistadas a partir de 2014. Em 2017, foi declarado por parte do governo iraquiano o fim da guerra. Mas acredita-se, pelo contrário, que começa agora uma guerra tão séria quanto a anterior, de longo prazo, de natureza intelectual, com o objetivo de derrotar as raízes da mentalidade fanática que levou o país ao caos. A religião pode exercer um papel singular nesse processo de pacificação, porque o contato diário com as massas, a reconhecida reputação, e o longo histórico de serviços à comunidade por meio da caridade, entre outras coisas, conferem a líderes religiosos uma legitimidade sem paralelos. No entanto, a religião é um fenômeno social de natureza ambivalente, que não está necessariamente relacionado à paz ou à violência, e portanto apostar na atuação de atores de natureza confessional pode representar um perigo de intensificação das hostilidades. O que se sabe é que a sociedade iraquiana encontra-se “lebanizada”, totalmente fraturada, dividida por ódios sectários e identitários. E não há solução exequível que não considere o lugar da religião.

Palavras-chave: Iraque, Reconciliação, Religião, ISIS

Introdução

Em dezembro de 2017, pela segunda vez o governo iraquiano anunciou a vitória sobre um “Estado Islâmico”. Desta vez contra o projeto de “califado” do Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS)¹ e anteriormente, em 2008, contra seu predecessor, o Estado Islâmico do Iraque (ISI)². O momento presente parece representar, assim como foi em 2008, uma oportunidade de se encontrar uma saída para o interminável ciclo de destruição e reparação iniciado pela invasão americana em 2003, que não apenas derrubou o regime de Saddam Hussein, mas alterou toda a estrutura do estado constituído pelo Reino Unido em 1921, criando um novo estado federal e descentralizado, baseado em uma economia de mercado; que mostrou-se demasiadamente fraco, incapaz de resistir às pressões de diversos atores estatais e não-estatais, locais e internacionais (MANSOUR, 2018).

Embora o regime de Saddam Hussein fosse secular, sua minoria sunita foi sempre favorecida de várias maneiras, e após sua queda a maioria xiita passou a reivindicar poder e marginalizar os sunitas e outras minorias. Por isso, qualquer movimento que prometesse poder aos sunitas tinha grande capacidade de comoção popular (JUERGENSMEYER, 2018). Os sunitas, tanto no Iraque quanto na Síria, passaram a enxergar no ISIS a única defesa efetiva contra a humilhação infligida pelos xiitas. E muito embora a divergência entre as duas grandes vertentes do Islã salte aos olhos se tratando dos eventos mais recentes, MacCauley (2016) dirá que nunca se tratou de um conflito religioso em si. Ainda que estivesse fundamentado em uma particular interpretação do Alcorão, o objetivo do ISIS foi sempre adquirir poder, petróleo, terra e dinheiro, tornar-se um Estado, um califado sunita. O presidente Barack Obama afirmou em 2014 que o ISIS não era “nem um Estado, nem islâmico”.³

Desde meados de 2016, o ISIS foi gradativamente sendo expulso das maiores regiões do Iraque. Essa tarefa foi empreendida em grande parte por milícias divididas ao longo de linhas religiosas e étnicas, como a Mobilização Popular (xiita), a Peshmerga (curda), a Mobilização Tribal (sunita), a Mobilização Nacional (sunita) e as Brigadas da Babilônia (cristãs). Muitas dessas organizações paramilitares foram acusadas de violações retaliatórias contra a população civil, por seu suposto apoio ao ISIS, incluindo pilhagem e destruição de propriedade. É o caso especialmente da Peshmerga, que pôs algumas áreas libertas sob seu severo controle. Tudo isso gerou um clima de sectarismo mais carregado que nunca (ABDEL-RAZEK & PUTTICK, 2016). Uma matéria do *Washington Post* em

¹ Nos referimos aqui ao ISIS sempre por esta sigla, considerando sua popularidade na mídia lusófona, embora reconhecendo que ISIL seria uma abreviatura mais precisa, por esclarecer que os alvos daquele grupo estavam para além dos territórios da Síria e do Iraque, englobando todo o Levante, ou “al-Sham”, a Grande Síria, que inclui também a Turquia, Líbano, Palestina, Jordânia e Chipre.

² Também conhecido como “Al-Qaeda do Iraque”. De acordo com Juergensmeyer (2018) essa alcunha vem do próprio líder Abu Musab Al-Zarqawi, que esperava assim atrair o apoio da verdadeira Al-Qaeda. No entanto, Zarqawi nunca teve uma boa relação com Bin Laden e os demais líderes.

³ The Week. Obama: ‘The Islamic State’ is neither Islamic, nor a State. 10 sep. 2014. Disponível em: <https://theweek.com/speedreads/446542/obama-islamic-state-neither-islamic-nor-state>

2016 chegou a sugerir que 10 novas guerras poderiam eventualmente emergir como consequência dessa única guerra contra o Estado Islâmico.⁴

Hamasaeed (2017) aponta que havia durante o conflito uma forte expectativa de que a unidade de elementos divergentes experimentada na luta contra o ISIS seria transplantada para a arena política após a vitória. Mas longe de fortalecer a coesão nacional, a vitória resgatou as tensões que por muito tempo ameaçaram o Iraque, e que foram intensificadas durante o conflito, especialmente pelo fato de que os diversos grupos armados envolvidos no esforço anti-ISIS perseguiam agendas rivais, bem como seus apoiadores regionais e internacionais. Passado agora mais de um ano desde a liberação da cidade de Mosul, quando o ISIS foi praticamente varrido do Iraque, o país continua a sofrer com esporádicas recaídas da violência provocadas por combatentes e simpatizantes remanescentes.

Segundo Natali (2017), havia muito antes do ISIS, talvez desde 2003, uma narrativa de que o Estado iraquiano estaria fadado a cair, levando ao surgimento de uma divisão geográfica de base étnica. Mas o cenário que se põe como consequência da ação do ISIS é muito mais complexo, de maneira que o estabelecimento de um Estado curdo, um sunita e um xiita, ou de uma Síria alawita, não faria grande diferença, porque a despeito das fronteiras, as populações que vivem dentro delas estão hiper-fragmentadas. Em vez de três, ou cinco regiões homogêneas e relativamente estáveis, o que se tem são várias pequenas localidades enfraquecidas e fraturadas, onde as populações buscam qualquer forma de autoproteção e autogoverno. Em dado momento, havia 15 milícias agindo apenas na província de Ninevah. Nesse cenário, há tanta chance de outro conflito acontecer dentro das comunidades, quanto entre elas.

É bastante claro que os problemas que acometem o Iraque estão em grande medida relacionados à sua história e natureza enquanto nação, como poderíamos igualmente dizer da maioria dos conflitos naquela região e também no continente africano. No entanto, há uma narrativa orientalista, enviesada muito promovida especialmente pela mídia nos Estados Unidos e no Reino Unido, de que o Iraque e a Síria não seriam nações legítimas, já que suas fronteiras foram desenhadas artificialmente. Neep (2017) se refere a esse pensamento como “narrativa de Sykes-Picot”, que tende a oferecer explicações minimalistas para os conflitos nesses países, argumentando em torno do quanto são exóticos e primitivos. O autor, ao contrário, buscar atentar para o fato de que essas fronteiras não foram determinadas ao acaso, e que ao longo deste quase um século, numerosas foram as iniciativas, por parte de diversos atores, no sentido de construir um sentido comum de nacionalidade, tanto na Síria quanto no Iraque.

Em 2006 o senador americano Joseph Biden chegou a sugerir a divisão do Iraque em 3: sunita, xiita e curdo, a exemplo da Iugoslávia⁵. Esse tipo de proposta ignora o fato

⁴ The Washington Post. 10 new wars that could be unleashed as a result of the one against ISIS. 7 sep. 2016. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2016/09/07/10-new-wars-that-could-be-unleashed-as-a-result-of-the-one-against-isis>

⁵ CNN. Iraq to split in three: So why not? 8 jul. 2014. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2014/07/07/world/meast/iraq-division-lister/>

de que tais grupos não são blocos monolíticos, uniformes e bem divididos. Pelo contrário, em grandes cidades como Erbil e Kirkuk, as populações são altamente mistas. E mais importante, é cada vez maior a incidência de conflitos intrasectários, especialmente entre a comunidade xiita a nível do governo. Desde o ano fim de 2018, a rivalidade entre as duas facções de governo lideradas pelo imam Muqtada al-Sadr e pelo comandante Hadi al-Amiri — considerado um proxy de Teerã — tem paralisado totalmente o governo do Iraque.⁶

Reestruturação Pós-Conflito

O fim de um ciclo de violência através de uma vitória militar ou de um cessar fogo, não significa alcance da paz. Antes, a situação que se coloca ao fim de um conflito é uma preciosa janela de oportunidades, que se bem aproveitada pode conduzir a uma paz duradoura, e se desperdiçada pode abrir caminhos para o ressurgimento da violência (LAMBOURNE, 2004). Licklider (1989) demonstra que, entre 1945 e 1993, apenas um terço dos processos de negociação para a solução de conflitos de caráter identitário/étnico resultaram em paz para além dos (cerca de cinco, geralmente) anos de negociação. Na tentativa de reconstruir sociedades devastadas por conflitos, uma série de problemas invariavelmente acometem intervenientes internacionais, como demonstram Cox, Orsborn & Sisk (2014), pois não raro, no curso da guerra os estados perdem sua legitimidade e sua capacidade de proverem serviços básicos, ou são simplesmente capturados por um dos lados do conflito.

Paris (2004) se contrapõe àquilo que chama de *wilsonianismo*, a saber, a tese e práxis inspiradas em Woodrow Wilson e em sua firme crença de que “o liberalismo é a chave para a paz e a segurança, tanto no contexto internacional, quanto no doméstico”. O autor demonstra que as missões de peacebuilding na década de 90, embora variando em diversos aspectos, tinham em comum a reprodução da fé de Wilson no poder da liberalização, uma vez que buscavam transformar estados recentemente afetados por conflitos (Ruanda, Libéria e Angola) em “democracias liberais de mercado”. Se o sucesso das operações é medido em torno da contenção de hostilidades em larga escala, quase todas elas podem ser consideradas bem-sucedidas; mas a análise se torna menos favorável se adota-se o padrão de “paz sustentável” promovido por Kofi Annan e Boutros Boutros-Ghali: uma paz que dure para muito além da partida dos pacificadores. Em certos casos, os esforços em transformar regiões devastadas acabaram aprofundando as tensões e reproduzindo as condições que levaram à violência. Paris (ibid.) sugere que deveria preceder à mera liberalização um processo de consolidação, ainda que rudimentar, das instituições domésticas.

Auerbach (2005), propõe uma categorização de conflitos segundo o tipo de problema em torno do qual emergiram, classificando-os em duas categorias gerais. De um lado estão os conflitos materiais, que giram em torno do direito sobre um patrimônio material e

⁶ The Arab Weekly. Shia rivalry paralyses Iraq's government. 6 dez. 2018. Disponível em: <https://thearabweekly.com/shia-rivalry-paralyses-iraqs-government>

divisível, geralmente se tratando de território. Embora conflitos nesta categoria possam escalar para grandes tragédias, e se estenderem por longos períodos de tempo, ambos os lados estarão cientes de que o problema pode ser solucionado através da negociação sobre a divisão do patrimônio em litígio e possíveis reparações. De outro lado, estão conflitos de ordem identitária, que surgem a partir do ódio acumulado ao longo do tempo, originado de um sentimento de ao menos um dos lados, de que em um dado momento o outro lado usurpou seus direitos legítimos, geralmente relacionados ao estabelecimento de um Estado soberano.

No contexto de um conflito político intratável, dirão Muldoon et al. (2007), a disputa em torno de identidades pode tomar significado similar ao das disputas por poder e recursos materiais, desempenhando um papel de extrema importância no conflito. É comum que essas identidades sejam vistas como mutuamente opostas e negativamente interdependentes, isto é, o aumento da força e status de dois grupos é entendido necessariamente como resultado da perda de status e força do outro lado (KELMAN, 1999 *apud*. MULDOON et al., 2007).

Esse processo de acúmulo de desconfiança, medo e paranoia, reforçado pela experiência imediata da violência, pode conduzir àquilo a que Lederach (1999) se refere como “lebanização”⁷ de um conflito — um processo de profunda fragmentação de uma sociedade, que em meio à violência armada procura segurança na identificação com elementos mais próximos de sua experiência; elementos esses cada vez mais estreitos, excludentes e menos relacionados à cidadania nacional. A consequência é a queda da autoridade centralizada e, por vezes, da infraestrutura estatal. E ao fim, essa nova experiência aprofunda ainda mais o ódio e o medo que, a princípio, foram o combustível para o conflito.

Para Esman (2007), os conflitos geralmente chegam ao fim, não porque as hostilidades de fato cessaram, mas porque ambos os lados se encontram já exaustos. Assim, o sentimento beligerante permanece após o armistício, sendo necessário trabalhar não só sobre as feridas físicas, mas também sobre as psíquicas — uma tarefa extremamente árdua, num contexto em que todos clamam por justiça, e cada grupo apresenta uma versão diferente do que aconteceu.

Normalmente os conflitos contemporâneos envolvem uma série de fatores, tanto tangíveis quanto intangíveis, e em muitos deles a religião pode ser acabar por ser um ator decisivo, exercendo um papel construtivo, como mediadora. Através da religião é possível abrir uma janela para aproximar as partes em conflito, e lidar apropriadamente com as demandas de cada lado é uma condição *sine qua non* para o sucesso do processo (BERCOVITCH & KADAYIFCI-ORELLANA, 2009: 22). Como aponta Lederach

⁷ No dicionário francês Larousse (1991), o verbete “Libanisation” se trata de “um processo de fragmentação de um Estado, como resultado de conflitos entre comunidades de diferentes confissões, em alusão aos conflitos ocorridos no Líbano na década de 80” (trad. nossa). Segundo o mesmo dicionário, o termo lebanização seria uma alternativa a balcanização. Há diversos exemplos de termos semelhantes, aludindo a regiões diferentes, como somalização, afganização, timorização e até, mais recentemente, iraquização. Nos eximimos aqui de questionar qual desses termos seria o mais adequado, isto é, a qual caso mais se aproxima a presente situação do Iraque.

(1995), a negociação só se torna possível quando os interesses e necessidades de todos os envolvidos e afetados são ouvidos e legitimados, e através da mediação, deve-se trabalhar para que essas demandas se transformem em práticas, justas, e aceitas por todos.

Reconciliação e Atores de Fé

Reconciliação é um conceito bastante amplo, multifacetado, que vai muito além da mera resolução de conflito. É a fase mais avançada no estabelecimento de uma comunidade que seja integrada, e não fraturada, e depende de uma disposição individual e coletiva de fazer concessões, por uma questão de tolerância e de civilidade (WHITTAKER, 2002). Uma definição frequentemente utilizada é a oferecida pela Organização das Nações Unidas:

A reconciliação é um objetivo chave na construção de uma paz sustentável, e na prevenção do retorno do conflito. Trata-se de (re)construir relações entre pessoas e grupos da sociedade, e entre o estado e seus cidadãos. É um processo extremamente sensível a seu contexto, e cada sociedade deve pensar sua própria maneira de conduzi-lo, de acordo com a natureza do conflito e o caráter da transição. (ONU, 2012)

Para Philpott (2015), um processo de reconciliação na política moderna não se faz exequível na ausência de uma abordagem ampla, que busque restaurar as relações danificadas, através da cura das feridas causadas pela injustiça política, que se trata do respeito aos direitos humanos e às leis da guerra. E juntamente com a reconciliação, há que se considerar dois conceitos-irmãos: retratação e perdão.⁸ O primeiro se trata do pedido oficial de perdão, enquanto o segundo inclui, além do pedido do agressor, a reação da vítima. Alguns autores preferem usar esses dois conceitos separadamente. Outros, como Tavuchis (1991), acreditam que os conceitos incorporam um ao outro.

Para esse mesmo autor, há quatro tipos de retratação: de pessoa pra pessoa; de uma pessoa para várias; de várias pessoas para uma, e de muitos para muitos, ou seja, entre grupos. O tipo mais relevante para esta discussão será o último, o perdão coletivo. Para Auerbach (2006), o pedido de desculpas, como uma expressão de remorso, pode ser a janela para a reconciliação. O bispo Desmond Tutu diz sobre o perdão:

Quem perdoa não precisa esquecer. Pelo contrário, é importante lembrar, para impedir que semelhantes atrocidades tornem a acontecer. Perdoar não significa concordar com o que foi feito. Significa tratar o fato com seriedade, e não tentar minimizá-lo. Perdoar não é ser sentimental. Perdoar significa abrir mão do seu direito de pagar o outro na mesma moeda, mas é uma perda que traz

⁸ Geralmente os conceitos aparecem na literatura como “apology” e “forgiveness”.

liberdade a quem perde. (TUTU, 1999 *apud* AUERBACH, 2006; tradução nossa)⁹

No que concerne ao aspecto religioso da reconciliação, Little & Appleby (2004) o descrevem como uma série de atividades promovidas por atores ligados à religião, com o propósito de solucionar conflitos mortíferos, visando à construção de relações sociais e instituições políticas caracterizadas por um *ethos* de tolerância e não-violência. Para tanto, busca-se ir além da tradicional gestão/resolução de conflitos, incluindo os esforços de quem trabalha a uma certa distância do *locus* das hostilidades, como aqueles que trabalham na esfera legal em defesa dos direitos humanos, acadêmicos que conduzem pesquisas relevantes sobre o diálogo inter-religioso e intercultural, e especialmente teólogos que, no seio de suas comunidades religiosas, buscam reafirmar e fortalecer ensinamentos de paz e coexistência.

A religião pode exercer um papel singular em um processo de pacificação, porque o contato diário com as massas, a reconhecida reputação, e o longo histórico de serviços à comunidade por meio da caridade, entre outras coisas, conferem a líderes religiosos uma legitimidade sem paralelos (APPLEBY, 2001 *apud*. JOHNSTONE; SVENSSON, 2014). Como apontam Bercovitch & Kardayifci-Orellana (2009), atores religiosos podem contribuir grandemente em duas principais dimensões. Primeiramente, através dessa reputação e admiração de que gozam, conferindo através de seu envolvimento uma maior legitimidade a todo o processo. Enquanto os Estados trazem consigo recursos tangíveis para o processo de mediação, como dinheiro e poder, a religião traz recursos intangíveis, como confiança e lealdade. Em segundo lugar, através do diálogo inter-religioso, derrubando barreiras entre as partes, e criando uma base comum que pode, posteriormente, ser transferida para o meandro secular, estritamente político.

Além disso, há uma compreensão geral de que os atores religiosos são motivados por uma causa estritamente espiritual e, portanto, seriam de certa maneira independentes, imparciais; o que é bastante questionável, especialmente em contextos não-seculares, onde não há uma fronteira clara entre a religião e a política (MOBERG, 2016). Assim mesmo, o caráter imparcial da religião tem recebido especial atenção nos estudos em torno da resolução de conflitos, alguns autores chegando a considerar a neutralidade um fator imprescindível para a prática da mediação. Para Young (1967), o sucesso na atuação de um terceiro ator depende, acima de tudo, do quanto este consegue fazer-se perceber como um participante imparcial, que não tem nada a ganhar ajudando os protagonistas. Folberg e Taylor (1984) chegam mesmo a definir mediação como um processo guiado por um ator neutro.

Lederach (1996) parece desafiar essa ideia, pois demonstra que há casos históricos em que os mediadores foram recebidos com mais confiança pela comunidade justamente

⁹ “In forgiving people are not being asked to forget. On the contrary it is important to remember, so that we should not let such atrocities happen again. Forgiveness does not mean condoning what has been done. It means taking what happened seriously and not minimizing it. Forgiveness is not being sentimental. Forgiving means abandoning your right to pay back the perpetrator in his own coin, but it is a loss that liberates the victim.”

por fazerem parte dela, e portanto estarem comprometidos a permanecer ali para muito além do conflito, compartilhando de suas consequências, como exemplifica nos casos de Serra Leoa e Nicarágua. Um mediador que conhece bem ambos os lados, comprehende a dinâmica do conflito, e tem um claro interesse em seu término, pode ser uma peça chave para a solução do problema (*ibid.*). E geralmente, este é o caso dos atores religiosos. Padres, rabinos, xeiques, pastores, etc. são *insiders*, que conhecem bem a história e tradições da comunidade, bem como suas necessidades físicas e emocionais, e através da posição de que gozam, podem ajudar a “re-humanizar” o Outro, trabalhando sobre valores como justiça, dignidade, perdão e harmonia. (BERCOVITCH & KADAYIFCI-ORELLANA, 2009).

Mas, como harmonizar a ideia de construir a paz através da religião, em um mundo marcado pela violência religiosa, e especialmente no contexto geral deste trabalho, considerando que foi precisamente o fanatismo religioso o combustível para a tragédia? Alguns autores, dentre eles Rapoport (1991) e Greeley (1982) argumentam que algumas religiões são mais propensas à violência que outras. Esta ideia se tornou bastante popular graças à propaganda anti-islâmica que seguiu aos ataques de 11/9. Appleby (2000) demonstra que a religião como um todo é um fenômeno social de natureza ambivalente, que não está necessariamente relacionado à paz ou à violência. Já McQueen (2007) propõe uma perspectiva alternativa para o enquadramento da religião, a que denomina “politeísmo metodológico”. Imaginando o mundo como um ambiente permeado de múltiplas forças invisíveis e imortais, divinas, algumas beligerantes, outras pacificadoras, a autora investiga as origens do entusiasmo — palavra que em grego (*ἐνθουσιασμός*) significa, literalmente, estar possuído, ou inspirado por um deus — pela guerra, e como obliterá-lo, invocando os deuses da paz.

Gopin (2002) complementa o argumento, dizendo que esses “espíritos” divergentes observados no fenômeno religioso são a expressão de duas necessidades fundamentais do ser humano, que são também divergentes: de um lado a necessidade de individualidade, singularidade, de encontrar a si mesmo na diferenciação em relação ao resto da humanidade; e de outro lado a necessidade de estar integrado ao Todo, conhecer as outras pessoas, compreender as causas subjacentes a todas as coisas, e buscar a Unidade na existência. A origem da violência religiosa, para o autor, está no desequilíbrio entre essas necessidades. Em lugar de desenvolver uma mentalidade capaz de lidar com ambas harmonicamente, as pessoas são tentadas a criar, ou aderir a estruturas que trazem a seu estreito círculo um sentimento triunfalista de grandeza, e depois buscam a integração, não através do mútuo conhecimento, mas tentando transformar o mundo à sua própria imagem, movidas por um desejo insaciável de conquista.

Um possível modelo de reconciliação

Como já dito, o conflito em torno do ISIS, e as rivalidades que levaram a ele, não são em si mesmos fenômenos religiosos, embora os atores envolvidos se utilizem de um discurso religioso como fonte de identidade intracomunal na falta de uma identidade

nacional forte. O conflito se deu em torno de recursos materiais, e a tarefa de maior urgência no momento é reconstruir o país, as belas cidades arrasadas como Mosul, as instituições do Estado e sua capacidade de oferecer serviços básicos à população. Para tanto se faz necessária uma discussão sobre a gestão dos recursos altamente escassos e o papel das instituições internacionais. Chega-se a estimar que serão necessários cerca de 100 bilhões de dólares nesse esforço de reconstrução. Em suma, há muito o que ser feito no sentido top-down ou, em outras palavras, no que concerne ao processo de formação de estado.

No entanto, não faz sentido pensar em um projeto de reconstrução que não passe primeiramente por um esforço de curar as feridas deixadas pela guerra, e resgatar a confiança perdida dentre e entre as comunidades, pois as questões não resolvidas podem eventualmente dar uma lugar a uma nova rodada de violência que impediria qualquer esforço de recuperação estrutural, como afirma Nancy Lindborg, diretora do United State Institute for Peace¹⁰. Um policy paper publicado pelo Al-Bayan Center for Planning and Studies, um think-tank estabelecido em Bagdá, sugere que o caso do Iraque, em sua singularidade, requer uma estratégia que considere as duas dimensões:

Pelo caráter violento e contínuo dos conflitos que afligem o Iraque, o término formal das hostilidades e o fim da violência armada não serão o suficiente para dissipar o ódio e as mágoas inerentes a um conflito dessa magnitude, e não ajudarão a reduzir os medos mútuos no seio das comunidades. A meta da reconciliação e do estabelecimento de uma paz sustentável só pode ser alcançada através de um conjunto integrado de políticas que penetrem fundo no âmago da sociedade, e envolvam cada uma de suas frações. Isto não pode ser alcançado simplesmente por meio de instituições, elites e policy-makers (de cima para baixo), nem unicamente através de um trabalho de base (de baixo para cima). É preciso trabalhar em ambas as pontas da sociedade, em uma abordagem híbrida (AL-BAYAN CENTER, 2016, trad. nossa).

Essa abordagem híbrida assemelha-se ao conceito de formação de paz proposto por Richmond (2013), segundo o qual o tradicional statebuilding, isto é, a reestruturação forçada da sociedade através da ação de atores externos, bem como o peacebuilding (neo)liberal — seguindo a crítica de Paris (2004) reproduzida acima — são paradigmas destinados ao fracasso. Formação de paz (peace formation) seria um processo de estabelecimento da paz através de atores autóctones¹¹, baseado nos costumes sociais, culturais e religiosos de onde esses atores estão inseridos. Essa abordagem colhe, segundo Richmond, da quarta-geração de abordagens mais críticas de peacebuilding, que buscam empoderar agentes locais, e ao mesmo integrá-los a agentes regionais e internacionais, promovendo uma forma híbrida de paz.

¹⁰ USIP. To Stabilise Iraq After ISIS, Help Iraqis Reconcile. United States Institute for Peace, fev 2018. Disponível em: <https://www.usip.org/publications/2018/02/stabilize-iraq-after-isis-help-iraqis-reconcile>

¹¹ O autor utiliza a palavra “indigenous”.

O Al-Bayan Center (2016) aponta como objetivos do processo de reconciliação no Iraque: a) um aprendizado social que desenvolva confiança mútua entre os antigos inimigos, substituindo o sentimento de mútua desconfiança; b) trabalhar em torno de uma identidade comum com a qual todos possam se identificar, o que não significa ignorar as identidades individuais, mas criar um senso de interesse comum que perpassasse todas as identidades; c) mudar a visão que os inimigos mantêm, uns sobre os outros, que se não tratadas adequadamente podem deslegitimar o processo de reconciliação e perpetuar justificativas para a violência; d) deslegitimar atos de violência, a ponto de torná-los “impensáveis”; e) estabelecer um senso geral de igualdade, que requer o tratamento adequado das fontes materiais e estruturais da desigualdade.

Neste sentido, há muito o que se aprender e aplicar no Iraque dos dois grandes exemplos bem sucedidos de processos de reconciliação nacional pós-conflito, a saber, a África do Sul e a Irlanda do Norte. No primeiro caso, pode-se colher do exemplo do Acordo Nacional para a Paz, que incluía uma Comissão da Verdade e Reconciliação, e uma Estratégia de Crescimento, Emprego e Redistribution¹². Tais iniciativas dificilmente funcionariam se não empreendidas em conjunto pois, como destaca Whittaker (2002), um processo de reconciliação que toma forma nas cabeças e corações não tem significado algum se ignorar os bolsos e estômagos. É preciso construir pontes sobre as desigualdades. Para Mansour (2017), sem antes oferecer acesso a água, comida e atendimento médico, e sanar o problema dos deslocados internos (cerca de 3.5 milhões), qualquer esforço de reconstrução no Iraque será inválido.

Do caso da Irlanda do Norte também há bastante o que emular. Embora envolvendo um número menor de comunidades rivais, fazendo da divisão de poder e território uma tarefa bem mais exequível, na Irlanda assim com no Iraque era forte a presença de milícias e grupos paramilitares, de ambos os lados, que gozavam de grande influência política (WHITTAKER, 2002), e que portanto precisavam ser trazidos à mesa de negociação. Assim, os partidos unionista e nacionalista participaram de uma série de conferências que culminaram no *Good Friday Agreement* de 1988, onde os signatários, incluindo as milícias, se comprometiam a resolver o conflito “através de meios exclusivamente pacíficos e democráticos” (MULDOON et al., 2007). No Iraque, as forças do Estado foram significativamente suplementadas por grupos armados de várias comunidades étnicas e religiosas, que agora dispõem de mais legitimidade e influência política entre a população do que o governo de Badgá (AL-BAYAN, 2016).

Além disso, da Irlanda do Norte destaca-se a importância da educação e do trabalho com as novas gerações. O sistema educacional era segregado através de escolas católicas e protestantes, até que em 1972 foi lançado o programa *All Children Together*, que buscava promover a integração em áreas atingidas pelo conflito, entre outras práticas, através de mudanças nos currículos, treinando professores para discutir diferenças sectárias, de modo a diminuir preconceitos (McKEOWN, 2013). Nas regiões mais mistas, foi empreendido um esforço de integrar nas mesmas escolas quantidades proporcionais de estudantes vindos das diferentes comunidades. De acordo com a autora, diversas pesquisas nos anos seguintes apontavam para o fortalecimento de percepções

¹² Growth, Employment and Redistribution Strategy (GEAR)

positivas e amizades nas relações interreligiosas, e da identidade, não como protestantes ou católicos, mas como norte-irlandeses.

Um programa educacional adaptado à realidade do Iraque, respondendo às necessidades de um país multiétnico, poderia ser um passo importante na construção de confiança e cooperação entre as comunidades. Para tanto, é necessário promover a desradicalização da juventude traumatizada pelo ISIS, que cresceu sob a ideologia takfiri¹³, indo além do método de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)¹⁴, e trabalhar questões como a naturalização da hiper-masculinidade e os traumas causados pelo convívio diário e contínuo com a violência armada. Segundo a UNESCO (2018), o ISIS obrigou as instituições educacionais a operarem segundo seus métodos, para que pudessem fazer uma lavagem cerebral nos jovens com sua ideologia de ódio, e justificar seus atos violentos. Agora é preciso fazer uma re-lavagem, substituindo essas visões por valores de paz e tolerância.

Há diversos pequenos exemplos de ações empreendidas por líderes comunitários/religiosos locais que poderiam ser replicadas em outras partes do país, como o caso da cidade de Jalawla, que foi libertada do ISIS e controlada pela KRG¹⁵ em 2014. Apesar da mudança de poder, a cidade recebeu de volta seus moradores sunitas, e procurou garantir-lhes as condições básicas, em grande parte graças à ação do Sheikh Yacoub Lhebi, subdiretor distrital. Na visão de Lhebi, que é filho de um sunita e uma curda — e assim, uma ponte entre esses grupos — a cidade não precisa ser árabe ou curda, pois é do interesse de ambos que trabalhem juntos, diferente da abordagem maximalista de Bagdá (VAN DEN TOORN, 2016). Também líderes como o Aiatolá Ali al-Sistani têm constantemente pregado contra o sectarismo e incentivado o diálogo inter-religioso.

O Programa para a Recuperação e Resiliência do Iraque, desenvolvido pelo PNUD, é uma agenda composta de nove grandes metas para a reconstrução do país. A primeira dessas metas, prevenir o extremismo violento, tem como uma de suas práticas “engajar líderes religiosos, tribais e comunitários em discussões que resultem em iniciativas com o intuito de dissuadir os jovens de aderirem a possíveis grupos radicais sucessores do ISIS, através de uma educação cívica e religiosa mais moderada”¹⁶. Salloum (2016) recomenda que clérigos islâmicos sejam encorajados a participar de conferências internacionais, sob os auspícios de organizações como a ONU, fortalecendo uma perspectiva moderada da religião, e além disso, que sejam tomadas medidas firmes de proteção às comunidades minoritárias, assegurando a sua segurança, de maneira que a confiança na estrutura do governo seja restaurada, e os deslocados internos se sintam encorajados em retornar às suas cidades de origem.

¹³ A palavra “takfir” pode ser traduzida como apóstata. Trata-se aqui da ideologia que promove a violência dentro do próprio islamismo (e não contra os descrentes), justificando a morte dos inimigos. Para mais, ver Alvi (2014), e Al-Ibrahim (2015).

¹⁴ Mais informações na página das Operações de Paz das Nações Unidas: <https://peacekeeping.un.org/en/disarmament-demobilization-and-reintegration>

¹⁵ Governo Regional do Curdistão (Kurdistan Regional Government)

¹⁶ UNIRAQ. Preventing Violent Extremism. <http://uniraqrrp.org/components#preventing-violent-extremism>

Considerações Finais

Em uma sociedade onde as identidades são construídas principalmente segundo divisões étnicas e religiosas e a fé representa a principal fonte de respostas quanto às questões sociais, a construção de um *ethos* de paz e tolerância pode ser significativamente facilitada se associada a uma narrativa religiosa. Majid et al. (2016) demonstram que é perfeitamente possível promover, a partir do Islã uma sociedade pacífica, assentada sobre o Estado de Direito, e que o Alcorão — que descreve a opressão como “a maior causa de destruição de todas as nações do presente e do passado” (42:42; 42:40) — encoraja seus seguidores a se levantarem contra qualquer poder que se degenera em violência e tirania.

Desde sua fundação como país, e especialmente desde o início deste milênio, o Iraque tem sofrido com um governo altamente instável e divisões sectárias que permitiram a ascensão de forças extremistas como o Estado Islâmico. Existe sim uma certa identidade não-sectária, e relações fortes construídas através das linhas que separam esses cidadãos tão diferentes, mas tão semelhantes, que casam entre si, realizam trocas comerciais e culturais, são vizinhos de porta em várias localidades, compartilham uma história, e sabem bem até onde pode levar o extremismo e o sectarismo (LUKITZ, 1995). No entanto, o que há em comum tem sido suplantado por identidades particulares, que surgem da percepção de uma injusta centralização do poder em Bagdá, nas mãos de um único grupo, não interessado em atender às necessidades dos tantos outros.

Assim, é mister que o Iraque daqui em diante trabalhe sobre uma plataforma política essencialmente mista, não-sectária, que permita ao país conter este ciclo vicioso de violência, restaurar a estabilidade em todas as províncias, e eventualmente continuar seu projeto adiado de nation-building. Para tanto, é preciso que o governo central de Bagdá trabalhe com base em transparência e accountability, e que o esforço de reconstrução, financiado por atores internacionais, seja implementando principalmente por atores locais, autóctones. O caso do Iraque é de uma complexidade ímpar, e explicações simples, especialmente aquelas que põem curdos contra árabes, ou sunitas contra xiitas como uma condição fixa, podem acabar se tornando graves instrumentos de guerra. Só a partir do diálogo e da inclusão é possível vislumbrar para o futuro do Iraque o alcance de *Al-Wihda Al-Wataniyya*, a unidade nacional.

Referências

- AL-BAYAN CENTER. National Reconciliation in Iraq: A Comparative Study. Bagdá, fev 2016.
- AL-IBRAHIM, Bader. ISIS, Wahhabism and Takfir. Contemporary Arab Affairs, Vol. 8, No. 3, 2015
- ALVI, Hayat. The Impact of Intra-Islamic Violence and Terrorism: The Impact of the Proliferation of Salafi/Wahhabi Ideologies. Middle East Review of International Affairs, Vol. 18, No. 2, Summer 2014
- APPLEBY, Scott. The Ambivalence of the Sacred. Rowman & Littlefield Publishers, Inc. Oxford, 2000

AUERBACH, Yehudith. Forgiveness and Reconciliation: The Religious Dimension, Terrorism and Political Violence, 17:469-485, Taylor&Francis Inc. 2006

BERCOVITCH, Jacob; KADAYFCI-ORELLANA, Ayse. Religion and Mediation: The Role of Faith-Based Actors in International Conflict Resolution. International Negotiation, vol. 14, 2009

COX, Fletcher; ORSBORN, Catherine; SISK, Timothy. Religion, Peacebuilding, and Social Cohesion in Conflict-affected Countries. Sié Chéou Kang Center for International Security and Diplomacy at the University of Denver, 2014

GOPIN, Marc. Holy War, Holy Peace: How Religions Can Bring Peace to the Middle East. Oxford University Press, 2002

HAMASAEED, Sarhang. Iraq's protests show the fragility that gave rise to ISIS remains. United States Institute of Peace, sep 2018. Disponível em:
<https://www.usip.org/publications/2018/07/iraqs-protests-show-fragility-gave-rise-isis-remains>

LAMBOURNE, Wendy. Justice After Genocide: Impunity and the Extraordinary Chambers in the Courts of Cambodia. Genocide Studies and Prevention, vol. 8, 2014

LICKLIDER, Roy. The Consequences of Negotiated Settlements in Civil Wars, 1945-1993, American Political Science Review 89: 3, fev 1995

LUKITZ, Liora. Iraq: The Search for National Identity, 1995. Resenha de BAHRY, Louay. Middle East Policy Center, disponível em: <http://www.mepc.org/node/4803>

MAJID, Abdul. NAJM-UL-HASSAN, Muhammad. ABID, Muhammad. Promotion of Peace in Light of the Holy Quran (Salabi' Aspect). Gomal University Journal of Research, vol. 32, dez 2016

MANSOUR, Renad. Rebuilding the Iraqi State: Stabilisation, Governance and Reconciliation. European Parliament. Belgium, fev. 2018

McKEOWN, Shelley. Identity, Segregation and Peacebuilding in Northern Ireland: A Sociological Perspective. New York, Routledge, 2013

McQUEEN, Graeme. The spirit of war and the spirit of peace: understanding the role of religion, in Webel, C.; Galtung, J. Handbook of Peace and Conflict Studies, Routledge, 2007

MOBERG, Sanna. Blessed are the Peacemakers? A Comparative Study of Faith-Based Mediators and Their Strategies for Creating Peace. Tese de Mestrado, Uppsala University, Spring 2016

MULDOON, Orla; TREW, Karen; TODD, Jennifer; ROUGIER, Nathalie; McLAUGHLIN, Katrina. Religious and National Identity After the Belfast Good Friday Agreement. Political Psychology, Vol. 28, No. 1, 2007

NATALI, Denise. Syria's Spillover on Iraq: State Resilience. Middle East Policy, vol. 24, Summer 2017

ONU. Building Just Societies: Reconciliation in Transitional Settings, Ghana, 2012

PARIS, Roland. At War's End: Building Peace After Civil Conflict. Cambridge University Press, 2004

PHILPOTT, Daniel. Reconciliation, Politics and Transitional Justice, in OMER, A.; APPLEBY, R; LITTLE, D. The Oxford Handbook of Religion, Conflict and Peacebuilding, Oxford University Press, 2015

RICHMOND, Oliver. Failed Statebuilding vs. Peace Formation. Cooperation and Conflict 48(3) 378–400, Londres, 2013

SALLOUM, Sa'ad. At the Crossroads: Iraq Minorities After ISIS. Heartland Alliance International. 2016. Disponível em:
https://www.academia.edu/33552150/Iraqi_Minorities_After_ISIS.pdf

UNESCO. Removing scars of war in Iraq through education. 13 sep. 2018. Disponível em:
<https://en.unesco.org/news/removing-scars-war-iraq-through-education>

TAVUCHIS, Nicholas. Mea Culpa: A Sociology of Apology and Forgiveness. Canadian Journal of Sociology, vol. 18, no. 3, 1992

VAN DEN TOORN, Christine. The Last Piece of the Puzzle: Achieving Lasting Stability in Post-ISIS Jalawla. American University of Iraq, 2016. Disponível em:
<http://auis.edu.krd/iris/iraqreport/last-piece-puzzle-achieving-lasting-stability-post-isis-jalawla>

WHITTAKER, David. Conflict and Reconciliation in the Contemporary World, 2002